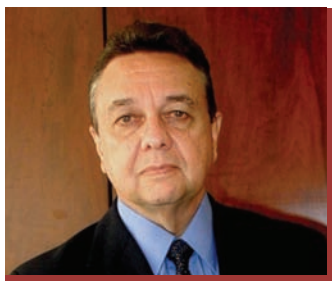


## Diário de bordo

## CNA e SOBER



Roberto Rodrigues\*

NO FINAL de julho, a Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, presidida pelo dr. Elisio Contini, ex-coordenador da área estratégica do Ministério da Agricultura, realizou seu evento anual, com cerca de mil trabalhos técnicos apresentados.

Um dos produtos do evento foi o lançamento do Prêmio Sober/CNA, para os temas Produção Agrícola e Meio Ambiente e Produção Agrícola e Questões Fundiárias.

Trata-se de mais um esforço empreendido pela CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – em sua busca pela aproximação com a academia, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos técnicos que interessem aos agropecuaristas brasileiros.

Os prêmios serão oferecidos a autores de teses, artigos, dissertações e livros produzidos em centros de pesquisa e de pós-graduação sobre os dois temas.

É uma notícia alvissareira, seja pelo esforço de aproximação da CNA com a academia, seja pelos dois temas elencados. Ambos, uma vez estudados cientificamente, poderão trazer esclarecimentos definitivos à sociedade quanto à capacidade de produtores brasileiros assegurarem uma alimentação com qualidade para os consumidores nacionais e estrangeiros, sem prejuízo ao meio ambiente e com desenvolvimento democrático.

Entre as questões levantadas pela CNA estão: como conciliar o desenvolvimento do País, especialmente no setor primário produtivo, com a preservação ambiental? Qual o verdadeiro impacto das lavouras e das pastagens no meio ambiente e seu benefício na geração de empregos e de renda? Qual o custo para a sociedade da criação de unidades de conservação? Qual o custo de se manter a reserva legal nas propriedades rurais e seus benefícios ambientais? Não existe maneira mais econômica e com impacto positivo maior do ponto de vista ambiental? Quanto à questão fundiária, indicadores de população e força de trabalho da FAO (2004) demonstram que os países desenvolvidos possuem, em média, 6% de sua população economicamente ativa na agricultura e que países em desenvolvimento possuem 53%. O Brasil, em 2004, possuía 15% de sua PEA na agricultura, correspondendo a cerca de 12,1 milhões de pessoas. Para onde iremos diante de tais dados?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra revela que foram assentadas, até junho de 2007, mais de 1 milhão de famílias em áreas que ocupam 72 milhões de hectares. A área de produção de lavouras anuais ocupa, segundo o IBGE, 47 milhões de hectares. Ora, se os assentamentos de reforma agrária já ocupam uma área superior a da produção de grãos, qual a produção e a produtividade dos assentamentos, qual o custo para a sociedade e o benefício deles? Quantos foram consolidados e emancipados?

E ainda cabe avaliar as questões indígena, quilombola, dos ciganos, das comunidades ribeirinhas, sendo essencial excluir da discussão o componente ideológico. Daí a importância da visão acadêmica, límpida e séria.

Eis um bom desafio a quem se incline pelos legítimos interesses do agronegócio brasileiro. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## O paradoxo do agronegócio



Cesário Ramalho da Silva\*

O AGRONEGÓCIO vive um paradoxo na mídia, que lhe imprime uma marca de irresponsabilidade, neste caso nem ambiental, nem social, mas econômica, também um dos tripés da sustentabilidade. Pelo seguinte: nas páginas dos grandes jornais, o setor aparece como o mais dinâmico da economia, com aumento de safra, crescimento da agroindústria, responsável pelo superávit da balança comercial, registrando aumento de postos de trabalho, entre outras boas notícias.

De outro lado, também é possível ler nos mesmos jornais produtores rurais pedindo renegociação de dívidas. Alguma coisa está errada. Como podem os atores do setor mais pujante do País estarem pedindo prorrogação de vencimentos de dívidas? Primeiro, esclareçamos que a agropecuária não tem dívidas a saldar mas, sim, créditos a receber. Foi seu ininterrupto trabalho nesses mais de quinhentos anos que permitiu ao Brasil educar-se, urbanizar-se, industrializar-se, prosperar.

Mas independentemente disso, os produtores precisam conscientizar-se de que é necessário cada vez mais administrar o empreendimento rural como negócio, mesmo que, às vezes, tenham de romper com modelos anteriores. O produtor precisa avaliar o negócio como um todo, não apenas focar a produção em si. Tem de

## Opinião

## Falsa dicotomia

fazer a lição de casa, aprimorar a gestão operacional, financeira, os recursos humanos, estar aberto a auditorias e assim por diante. Tem de investir na cultura de mudança em que a viabilidade da atividade rural vai muito além do binômio custo/preço.

Envolve adição de valor, ligada, por exemplo, à certificação de origem e a processos. Daqui para frente o produto e o serviço que vingarão serão os que estiverem de acordo com o respeito social e ambiental. Aqueles que tiverem estes diferenciais ganharão dinheiro. E, se os produtores têm o desafio da gestão, o setor, como um todo, tem o da comunicação. Falta informar ao meio urbano – querendo ou não, o que forma opinião e cria massa crítica para tomada de decisões de políticas públicas e negócios – que a rentabilidade atribuída ao agronegócio não chega ao seu agente básico, o produtor rural.

Os dividendos não são distribuídos de forma equilibrada entre os elos da cadeia produtiva. Falta expor isso, trazer essas questões à tona, oferecer informações, dados, análises, que possibilitem aos mais diversos públicos estratégicos do agronegócio maior sintonia em relação à realidade do segmento. Com mais conhecimento, o julgamento do ser imaginário, mas crucial para imagem-reputação, chamado Opinião Pública, talvez seja diferente acerca do perfil dos produtores rurais. A reflexão e o desafio estão propostos! ■



João Sampaio\*

**C**RIOU-SE NO Brasil uma falsa dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar, divisão da qual ambos são vítimas. Eles padecem da mesma falta de logística e infra-estrutura, do câmbio hipervalorizado, da falta de seguro agrícola e de dispositivos garantidores de preços. O paradoxo criado não passa de retórica ideológica e que não ajuda em nada o desenvolvimento da agropecuária brasileira. No meio desse limbo ideológico sobra para todo mundo, mas tem uma categoria que é ainda mais refém da falsa oposição: a classe média rural.

Há muito se ouve falar sobre o estreitamento da classe média urbana e, no campo, a situação não é muito diferente. Ela se espreme entre os que se viram por conta própria e os beneficiados pelos programas de crédito familiar. Aliás, nem mesmo a sua classificação está bem definida: o médio é baseado no tamanho da propriedade ou na sua renda agrícola?

A divisão dos ministérios responsáveis pela agricultura no governo Lula – resultando na criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a sua Secretaria Nacional de Agricultura Familiar e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – leva a apresentação de dois planos safra: valores diferenciados e em cerimônias diferentes mostram bem que a divisão é fruto mais do burocratismo estatizante que das diferenças no campo.

Em meio a isso, sobressai ainda mais o descaso com o médio produtor.

O Brasil, grande competidor no mercado de *commodities* agrícolas, parte ouvida e até temida nas negociações internacionais, patina nos conceitos. Porque política agrícola não pode ser focada somente no mercado exportador nem no assistencialismo rural de subsistência. Além de mercado, as políticas devem visar o abastecimento e as estratégias de macroeconomia do país.

Nos EUA, a Farm Bill é discutida no setor produtivo, no Congresso Nacional, votada e seguida até o fim. É importante para definir a condução das exportações, dos subsídios, do abastecimento e a estratégia de mercado do país. Dentro do Congresso norte-americano, vale a capacidade de organização dos produtores, das *tradings*, máquinas e insumos, todos os *lobbies* a que são expostos republicanos e democratas.

Alguns incrédulos podem dizer que no Brasil os *lobbies* apenas funcionariam para favorecer os grandes produtores e corporações. Sou daqueles que acreditam que o poder de organização da sociedade é subestimado. O Congresso deve ser o palco das discussões. Na verdade, é importante que todos possam se manifestar.

Aqui em São Paulo, em um esforço de várias entidades no Conselho de Orientação do Feap, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, foi alterado o limite de renda bruta anual para o beneficiado pelos financiamentos do fundo. Mudamos de R\$ 215 mil para R\$ 400 mil e com isto ampliamos os possíveis beneficiados pelo crédito. Os estudos do Instituto de Economia Agrícola mostraram exatamente que esta renda de R\$ 400 mil significava incluir os médios produtores. Além disso, reduzimos a taxa de juros de 4% para 3% ao ano nos financiamentos de 17 linhas de crédito.

Grande, pequeno ou médio agricultor, há confluência de interesses, todos buscam as melhores condições possíveis para a produção. Cabe às políticas governamentais, diminuir as diferenças e não acentuá-las. ■

\* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)